

A incompletude da criança em várias áreas do conhecimento. Uma análise na perspectiva da psicologia do desenvolvimento, da sociologia, da antropologia, da filosofia e da história.

Antonio Miranda¹

Maria de Lourdes Mattos Barreto²

RESUMO

O presente trabalho procurou analisar o estudo da incompletude da criança, enquanto categoria social sob o ponto de vista de várias áreas do conhecimento. Assim, pensar a infância e a criança, dentro do arcabouço das ciências humanas e sociais requer do pesquisador uma perspectiva polifônica e não sobreposição do discurso deste em relação à criança desvencilhando-se de uma visão adultocêntrica e de incompletude que marca grande parte das produções sobre a infância e por consequência sobre a criança. É possível afirmar que a forma pela qual os adultos veem as crianças está passando por uma alteração que também pode ser observada em outras áreas. Assim, ressaltar estas áreas do conhecimento podem contribuir para o estudo da infância e da criança invertendo sua ordem, uma vez que a partir deste novo enfoque o pesquisador irá procurar compreender aquilo que a criança tem e não que lhe falta, como presença e não como ausência, como força e não como incapacidade. De fato, a criança deve ser vista como protagonista de sua própria história.

1. Introdução

A infância, enquanto categoria social e objeto de estudo das ciências humanas e sociais passou por um período por estudar. Neste sentido um diálogo entre as diversas áreas do conhecimento que tem na criança e no adolescente o seu objeto de estudo tais como a sociologia, a psicologia, a antropologia, dentre outras se mostra de grande relevância.

Assim, o pesquisador precisa entender a criança como um ator social que influencia e é influenciado pelo seu ambiente, que é portador e produtor de cultura e que, portanto, deve

1 Doutorando em Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa

2 Doutora em Educação pela UNICAMP. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa

ser visto em sua complexidade e multiplicidade de olhares em função da perspectiva de análise adotada.

Sarmiento e Gouveia (2008) apontam que as imagens sociais adotadas como representativas das crianças são oriundas de uma visão conservadora, nacionalista e patriarcal da infância. Neste sentido os estudos atuais da infância, em suas diversas nuances, servem para resgatar a infância como objeto de conhecimento para uma abordagem nas suas dimensões interdisciplinares.

Desta forma, este trabalho tem como objetivo realizar uma análise da criança e da adolescência fazendo, ao mesmo tempo, uma distinção e um diálogo entre as visões propostas pela sociologia, pela antropologia, pela história, pela psicologia e pela filosofia.

Portanto, pensar a infância e a criança, no arcabouço das ciências humanas e sociais requer do pesquisador uma perspectiva polifônica e não sobreposição do discurso deste em relação à criança desvencilhando-se de uma visão adultocêntrica e de incompletude que marca grande parte das produções sobre a infância e por consequência sobre a criança.

2. Referencial teórico

2.1 A psicologia do desenvolvimento

2.1.1 O contexto do desenvolvimento humano e a criança

A passagem de uma sociedade agrária para uma sociedade industrializada caracterizou-se por importantes alterações no grupamento familiar. Nas sociedades baseadas na agricultura, a estrutura das chamadas famílias extensas era compatível com a necessidade de mão-de-obra para a lavoura de subsistência.

Nesse tipo de família contava-se com a convivência de até quatro gerações, desde o bisneto até o bisavô, além da presença de parentes laterais e outros agregados. Já a família típica da sociedade industrial é a família nuclear, composta de um casal e poucos filhos, quando existem.

A questão primordial, diante desta análise, deve-se ao fato de que em nenhum destes momentos houve uma real preocupação em perceber e/ou estudar verdadeiramente a infância e por consequência a criança. A criança aparece na sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudam o seu papel social e sua inserção na comunidade.

Para Szymanski (sd), a mudança de atitude em relação à criança, no sentido de considerá-la em sua individualidade, ocorre simultaneamente às mudanças culturais

associadas à emergência de uma vida urbana mais intensa, no decorrer de um longo período de tempo que tem início no século XV.

Posteriormente, com a evolução das ciências humanas, de modo especial a psicologia, começaram a surgir novas concepções sobre o desenvolvimento humano. No bojo destas concepções emergiram novas práticas educativas e psicologias que não atendiam a todos e que excluía algumas crianças do processo de educação formal.

Desta forma, as considerações anteriores apontam para o caráter social, histórico e ideológico da noção de desenvolvimento humano, que assume um caráter relacional que leva em conta as influências sociais, econômicas e culturais nos múltiplos níveis de proximidade da criança.

Diante do exposto, a noção de desenvolvimento proposta Bronfenbrenner implica em uma mudança duradoura na forma como a pessoa percebe e lida com o seu ambiente, que deve ser entendido como aquele que vai além das pessoas e dos objetos envolvidos em um espaço físico. Tal ambiente é constituído pelas relações entre as pessoas.

No que diz respeito as crianças esta mudança na forma de vê-las trouxe um ponto positivo ao considerar que a criança não é um adulto inacabado, imperfeito. Na verdade, a criança é um ser em formação, vivendo em um mundo que lhe é estranho e que também está em formação. No processo de educar a responsabilidade do adulto, por vezes, pode assumir a forma de autoridade que traz reflexos para o âmbito privado, da família e da escola.

Assim, o desenvolvimento humano deve ser considerado em sua dimensão histórica, social, antropológica, educacional, psicológica e política como forma de se estabelecer estratégias para dar continuidade às sociedades e às culturas e por vezes reprodutoras de uma visão viesada da criança.

2.1.2 Resignificando a psicologia do desenvolvimento

A psicologia do desenvolvimento é a área da psicologia que autoriza e legitima a construção de teorias e conceitos sobre os aspectos evolutivos de ordem cognitiva, afetivo-emocionais, sociais, dentre outros, da infância e da adolescência.

Assim, mais do que observar e descrever cientificamente o desenvolvimento humano, a psicologia do desenvolvimento formula os ideais para o desenvolvimento além de providenciar os meios para realizá-los e, mais do que tudo isso, acaba por desenvolver as

crianças, os adolescentes com base em enquadramentos que são determinados características descritivas que emergem cada vez mais cedo na vida das crianças.

Tais enquadramentos interferem no comportamento das crianças e adolescentes, modelando formas de ser e agir de acordo com expectativas criadas, tendo por norte diversos tipos de interesses tais como culturais, políticos e econômicos do contexto social mais amplo. Cabe ressaltar que cada sujeito social participa da constituição do saber psicológico que será tomado como padrão normativo do desenvolvimento humanos.

Fica claro que a psicologia do desenvolvimento pensa a criança na perspectiva de um organismo em formação, com o desenvolvimento fragmenta em áreas segundo uma dada cronologia. A criança não é vista por inteiro, como membro de uma classe social situada histórica, social e culturalmente. Na verdade, a criança é vista de forma seccionada em infinitos comportamentos e ou habilidades. Ela conhece o mundo enquanto cria, e, ao criar o mundo, ela revela uma verdade provisória da realidade em que se encontra.

Assim como em outras áreas de estudo a criança é uma categoria desvinculada do social tornando-se apenas um organismo em processo de socialização. Nessa perspectiva, a criança não é vista como um sujeito *na* e *da* história. Há uma fragmentação dos homens em tempos estanques tais como infância, maturidade e velhice, como se o ser humano não fosse uma coisa total, unitária e simultânea.

Portanto, torna-se necessário que a criança seja compreendida enquanto ser integral em sua fase de vida e não como um futuro adulto. Neste caso é de grande importância que a criança não seja problematizada ou teorizada com base numa visão de adultos.

2.2 A sociologia

2.2.1 Visão sociológica da criança

O campo da sociologia da infância tem em seu arcabouço a premissa de que as crianças devem ser consideradas como atores sociais plenos, completos que influenciam e são influenciados pelo seu ambiente de socialização. Assim, é através do processo de socialização e das adaptações, internalizações, apropriações e reinvenções próprias deste processo que a criança se socializa.

Neste sentido, Delgado e Muller (2005) afirmam que a criança deixa de ser vista como mero receptáculo passivo das doutrinas dos adultos. A socialização torna-se o mecanismo pelo qual as crianças negociam, compartilham e criam culturas com os adultos e com os seus

semelhantes de forma ativa. Neste caso, as crianças e os adultos devem ser entendidos em sua multiplicidade de seres em formação, incompletos e dependentes.

Os estudos sociológicos da infância buscam dar visibilidade à criança e à infância no âmbito social, refutando, para tanto, as visões biologicistas e ou desenvolvimentistas que concebem a infância como *devir* (período transitório e de maturação para a vida adulta) e a criança como sujeito social sem historicidade e cultura própria, concedendo à infância o status de categoria social do tipo geracional e a criança como sujeito social de plenos direitos.

No que tange às pesquisas com crianças, Delgado e Muller (2005) informam que para se obter êxito é de suma importância que o pesquisador abandone o olhar e o ponto de vista do adulto. Em outras palavras é necessário o interesse pelas crianças, pelos modos como negociam e interagem com outros grupos, inclusive com os adultos.

O maior desafio que os pesquisadores da infância enfrentam está relacionada ao descobrir intelectualmente, fisicamente e emocionalmente as crianças. Tal dificuldade decorre do distanciamento físico, social, cognitivo e político existente entre adultos e crianças quando estes são pesquisados em seu cotidiano.

Outro ponto que merece destaque em pesquisas com crianças diz respeito a ética. Neste caso a ética resguarda o direito da criança de consentir ou não sua participação em uma pesquisa. O comportamento ético está intimamente ligado à atitude do pesquisador em relação ao pesquisado, ou seja, na obtenção de seu consentimento, o que raramente ocorre quando se trata de pesquisa com crianças.

Desta forma, a constituição de uma sociologia da infância deveu-se, principalmente, à oposição a concepção de infância enquanto simples objeto passivo de uma socialização regida por instituições e por adultos. A criança não deve ser considerada um receptáculo da vida adulta, um vir a ser. A sociologia da infância propõe o estabelecimento de uma distinção analítica no seu duplo objeto de estudo: as crianças como atores sociais, nos seus mundos de vida, e a infância, como categoria social do tipo geracional, socialmente construída.

No processo de pesquisa sociológica da infância esta deve ser entendida como uma construção social, a infância é uma variável da análise social, as relações sociais pelas crianças e as suas culturas devem ser estudadas por seu próprio direito independentemente das perspectivas e dos conceitos dos adultos, as crianças são e devem ser vistas como atores em construção e determinação das suas próprias vidas sociais, das vidas dos que as rodeiam e das sociedades em que vivem.

Desta forma, o desenvolvimento da sociologia da infância estabelece-se, deste modo, num duplo patamar, sendo o primeiro como campo da ciência social e o segundo como campo de aplicação da sociologia. Em seus desenvolvimentos recentes a sociologia da infância propõe colocar a infância no centro da reflexão das ciências sociais.

Portanto, para a sociologia da infância ver e ouvir a criança torna-se fundamental em qualquer estudo que realmente deseja estudar a infância. É preciso levar em consideração uma concepção modificada da mente infantil que cria e busca sentido, que cria e recria sua realidade. Enfim a criança deve ser vista enquanto protagonista de sua própria história.

2.1 A escrita da história da infância

Na atualidade é possível afirmar que há um aumento na produção historiográfica sobre a infância que passou por um refinamento terminológico em que busca-se precisar os conceitos que definem o campo. Este é um fato relevante uma vez que infância e criança são termos utilizados indistintamente e precisam ser melhor definidos.

Neste sentido Kuhlmann e Fernandes (2004, p. 15) *apud* Gouvea (2008) a infância seria:

“[...] a concepção ou a representação que os adultos fazem do período inicial de vida, ou como o próprio período vivido pela criança, o sujeito rela que vive esta fase da vida. A história da infância seria, portanto, a história da relação das crianças entre si e com os adultos, com a cultura e com a sociedade.

Desta forma, a infância seria a condição social das crianças. Por outro lado o termo também refere-se a uma determinada classe de idade remetendo ao conceito de geração.

Sarmiento (2005, p. 367) *apud* Gouvea (2008) define geração como:

[...] o modo como são continuamente reinvestidas de estatutos e papéis sociais e desenvolvem práticas sociais diferenciadas, os atores de um determinada classe etária, em cada período concreto.

Cabe ressaltar, que a análise das produções sobre a infância destacam-se em dois eixos de abordagens principais, sendo o primeiro os estudos das práticas de cuidado e proteção da infância e o segundo eixo voltado para pesquisas de produção de um imaginário em torno da infância.

Esta nova história da infância tem como uma de suas marcas a superação de uma análise evolucionista dos processos históricos. Assim pensar numa periodização significa dialogar com o risco de formulação de um modelo universal e evolutivo de desenvolvimento de práticas de cuidados e de produção de reproduções sobre a infância, marcado pela

postulação de sucessivos estágios, em direção à forma como as sociedades contemporâneas significam a criança.

Nesse processo de significação verifica-se, dentro das pesquisas desenvolvidas, uma diversidade de processos históricos, em que a experiência da infância diferencia-se de acordo com categorias sociais que definem a identidade infantil tais como gênero, classe social, etnia, religião, categorias que vêm sendo contempladas em suas interrelações nas investigações mais recentes.

2.1.1 Modernidade e contemporaneidade

Seria simplista considerar a ausência ou a presença dos sentimentos da infância em um ou outro período da história. Obtêm-se melhores resultados ao se buscar diferentes concepções sobre a infância em diferentes tempos e lugares. Neste sentido, tem-se a emergência não de um “sentimento de infância”, mas um de sentimento da infância característico da modernidade.

A concepção de infância na modernidade relaciona-se à produção histórica da criança civilizada, que seria aquela capaz do autocontrole de suas pulsões. Neste sentido a escola afirma-se como local privilegiado de formação de um indivíduo civilizado, substituindo a pedagogização das relações sociais pela escolarização, estendendo as aprendizagens de civilidades a todas as camadas sociais, universalizando a associação criança\escola.

2.1.2 O papel da escola na modernidade.

Diante de uma transformação rápida ocorrida na vida das pessoas, proporcionada por uma modernidade capitalista, aliada à transição de uma sociedade agrária para outra urbano-industrial, tanto a educação quanto a família e por consequência a infância também tiveram que se adaptar. A industrialização e a transformação do modo de produção econômica impuseram mudanças na vida familiar.

Nesta época observou-se que a família extensa, ou seja, aquela que incluía parentes e agregados migrou para um modelo de família nuclear, que restringia-se ao pai, mãe e filhos. Esta nova configuração familiar apresenta como uma de suas características mais importantes a perda de suas funções reprodutivas, econômicas e educacionais.

De acordo com Carvalho (2010), com o surgimento da escolarização, a educação, que posteriormente tinha como significado o cuidado físico, atenção, nutrição, ampliou sua abrangência passando a ter preocupações intelectuais.

Diante desse quadro, o surgimento da escola, nos moldes que vemos hoje, está relacionada ao surgimento da classe média, desde o momento em que o público burguês passou a se utilizar da educação formal como forma de diferenciação de classes no sentido de distanciar-se das classes baixas.

Assim, à medida que as famílias foram mudando para um formato nuclear e, por consequência, isolando-se, as mães, assim como os pais passam a trabalhar fora de casa. Esta mudança trouxe como consequência direta a redução das taxas de natalidade, um aumento da escolarização como um modelo de desenvolvimento individual das crianças e jovens. De acordo com Durkheim, na sociologia houve um aumento da superioridade da escola sobre a família na função de socialização para a vida moderna.

2.2 A antropologia

2.2.1 A criança como uma categoria na antropologia

A visão antropológica tem por objetivo o entendimento e a compreensão do “outro” em relação à sociedade a qual o pesquisador pertence. Neste sentido, há um interesse entre os antropólogos em ampliar o campo do estudo antropológico, em outras palavras, compreender aspectos ou grupos localizados em sociedades urbanas e industrializadas. Assim uma das áreas que surge como interesse de investigação antropológica são as pessoas que surgem em categorias como mulheres, crianças, etc, redefinindo suas concepções acerca dos grupos com os quais convivem e estabelecem relações de várias ordens.

Tal fato pode ser explicado pelo fato de existir uma ausência acentuada da criança como sujeito social significativo. Segundo Tedrus (1998), dentro da bibliografia clássica da antropologia a criança é ator ausente da cultura surgindo, por vezes, de forma esporádica.

A partir daí surge um rompimento com o senso comum e da visão adultocêntrica que dominava fortemente a forma como as crianças eram percebidas. Neste sentido torna-se importante a percepção do lugar social da criança e o estranhamento em relação a forma de ver a criança como um homem em tamanho reduzido, desconsiderando a sua fragilidade e dependência.

Esta mudança de visão faz com a criança passe a ser vista como um ser puro e inocente em substituição ao sentimento anterior de liberalidade com a qual se tratava as crianças. A infância passa a ser vista como um período específico e diferenciado e o primeiro sentimento que surge em relação as crianças é o de “paparicação”.

Neste período, de modo geral, a infância neste momento tornava-se um repositório dos costumes abandonados pelos adultos. Diante disso, há um movimento de mudança dos mecanismos de aprendizagem natural das crianças no meio dos adultos. Um dos fatos mais marcantes desse processo é a criação de instituições de educação especializada destinadas primeiramente as camadas médias da hierarquia social e que tinha como premissa a preparação da criança para a vida adulta.

Esta preparação se dá por meio da socialização da criança em função do tipo de organização social em que se encontra inserido. Neste sentido, a socialização da criança e do jovem realiza-se quase como uma incorporação natural do mundo do trabalho e dos valores do mundo adulto. Era comum a criança ser vista como um elemento para a produção e posteriormente esse indivíduo passa a ser visto como mais para o consumo.

Uma das questões que contribuíram para este processo foi a entrada da mulher no mercado de trabalho que precisava da oferta de equipamentos sociais e culturais que deveriam garantir a cobrir o serviço doméstico e a guarda de crianças. Assim estes equipamentos, dentre eles a escola surgem para atender primeiramente a mulher que necessita de um local para deixar seus filhos e não para atender a criança.

Diante do exposto, de acordo com esta visão a escola, para a antropologia, surge como um local que em nome da transmissão de conhecimentos e preparação é organizada para ocupar todo o tempo livre do indivíduo por cada vez mais tempo. Ocorre que de acordo com a visão de Tedrus (1998) a sociedade é profundamente desigual e a escola torna-se um mecanismo de reprodução desta desigualdade uma vez que ela não existe para todos e não tem igual acesso ou disponibilidade para todos.

A escola reforça uma dicotomia entre crianças e adultos ao definir competências, estudo e trabalho, improdutivo e produtivo. Este espaço é planejado por adultos para crianças com vistas a prepara-las e educa-las não levando em consideração que estas tem cultura própria.

De forma geral pode-se afirmar que o interesse da antropologia pela categoria criança se dá em função da necessidade de se entender suas representações sociais, seja dentro de seus grupos socializadores, ou de adultos com a finalidade de verificar como nestes grupos se pensa e se lida com a criança.

Na verdade quando abordamos o assunto “criança” este é tratado com bastante fluidez pelas pessoas e sem reservas. Porém esta temática deve ser tratada com muito cuidado em

função das contradições e manipulações, fazendo-se necessária uma apreensão da diversidade de interesses e posições dos agentes envolvidos. É comum quando alguém afirma que outro é criança referir-se a alguém que não sabe, não entende e não é responsável pelos seus atos.

De acordo com esta perspectiva as crianças deixam de ser vistas como passivas e dependentes do mundo adulto, para serem pensadas como sujeitos plenos, rompendo a relação necessária entre família-socialização-criança a fim de conceber a infância como um objeto de estudos válido em si mesmo.

2.3 A filosofia

2.3.1 A infância para Platão e Aristóteles.

Entre os filósofos que se ocuparam da infância os gregos merecem destaque. Na verdade estes foram os que mais se ocuparam do estudo da infância, com destaque para Platão que abordou a infância na perspectiva de diálogos.

Desta forma, na perspectiva platônica, a educação tem um fundamento político, é o tipo educação que determina o caráter justo ou injusto de uma *pólis*. De acordo com esta perspectiva não há uma mudança política profunda sem uma mudança educacional profunda. Assim para uma mudança e uma transformação completa que a *pólis* exige esta, necessariamente, passa pela educação da infância.

Assim, de acordo com Platão é necessário afirmar uma outra educação para a infância. Diante disto Platão atribui a infância as algumas características como a possibilidade frente à realidade, onde a criança é, antes de mais nada, um membro da *pólis*, ou seja, um futuro cidadão. Outra característica ressaltada por Platão é a inferioridade frente à superioridade. Neste caso as crianças participam do que para Platão são as formas superiores da alma humana, que dão valores supremos a *pólis*.

Dando prosseguimento Platão aborda a exterioridade perante interioridade, neste caso frente ao adulto superior, a criança inferior fica excluída dos âmbitos político, ético, cognitivo, epistemológico, estético. Outra característica abordada por Platão é o material para os sonhos políticos que considera a educação da infância, das melhores naturezas infantis, a estratégia principal para levar à frente sua utopia política; em poucas palavras, é através da educação dos que chegam ao mundo que se transformará, no longo prazo, a *pólis* dos que já estão no mundo.

A palavra infância está associada a uma falta ou uma ausência de maturidade. Na etimologia latina a infância reúne as crianças aos não habilitados, aos incapazes, aos deficientes, ou seja, a toda uma série de categorias que são excluídas da ordem social.

Em certo sentido, para Platão o lugar outorgado a infância não carece de importância, na medida em que faz de sua formação a chave para todas as transformações; em outro sentido, é um lugar bastante incômodo na medida em que o melhor que os infantes podem fazer é se deixar levar a um outro lugar que sequer são capazes de imaginar.

Dando prosseguimento as ideias de Platão, Aristóteles consagrou para a posteridade um lugar para infância ao reconstruir uma concepção desta que encontra-se em consonância com as categorias filosóficas que compõem sua concepção do ser humano e do mundo.

Para Aristóteles, toda a criança é uma criança em ato e, ao mesmo tempo, um adulto em potência, um ser que só alcançará sua completude e finalidade na adutez. Desta forma, segundo este filósofo toda criança é inacabada, incompleta, imperfeita por natureza sendo que esta incompletude se estende para planos éticos e políticos. A tarefa do filósofo é deixar bem claro a evidente exclusão da infância do mundo da *pólis*. Portanto, a infância deixa de ser apenas uma etapa da vida para representar uma possibilidade evolutiva do ser humano.

2.3.2 Outras infâncias afirmadas pela filosofia

Ao longo da evolução da humanidade até a modernidade a infância foi adquirindo novas formas e discursos filosóficos. Neste sentido, Nietzsche e todos os filósofos contemporâneos por influenciados denotam a concepção da criança como criação e não algo a ser criado. Assim, há um mundo novo, em criação e transformação porque existe infância.

A infância simboliza um rito de passagem, um rito especificamente humano e também um rito fundacional, na medida em que sem uma infância não teríamos como passar da natureza à cultura. Nessa medida, o ser humano não pode renunciar à infância.

Desta maneira, a infância exige pensar numa temporalidade para além de um tempo “normal” da existência humana, das etapas da vida e das fases do desenvolvimento. Desta forma ao se retirar a criança deste tempo cronológico onde ocupa lugar de debilidade ela passa a ocupar outro tempo, onde ocupa o espaço máximo de poder e soberania.

Uma outra categoria temporal introduzida pelos filósofos contemporâneos a respeito da criança é o “devir-criança” que significa a interrupção da lógica histórica que se dá no tempo cronológico.

Deleuze e Parnet (1998: pag. 10 – 15) *apud* Kohan (2008) afirmam que:

Devir é se encontrar no acontecimento, no movimento, na multiplicidade, com algo sem passado, presente ou futuro; algo sem temporalidade cronológica, mas com geografia, com intensidade e direção próprias. [...] O devir criança é, assim, uma força que extrai, da idade que se tem, do corpo que se é, os fluxos e as partículas que dão lugar a uma “involução criadora” [...].

Apoiado em outra tradição, Derrida (2000) *apud* Kohan (2008) introduz alguns apontamentos em que a questão principal relaciona-se a hospitalidade que surge quando nos questionamos sobre a forma de relação que estabelecemos com o estrangeiro. Em outras palavras temos que pensar nas condições que são colocadas para que o estrangeiro possa ser acolhido ainda como estrangeiro.

Neste sentido torna-se importante considerar o próprio saber que não permite perceber o que outro sabe. A imposição de ignorância no outro faz com que não se perceba que é preciso ignorar em si mesmo. Assim os infantes são estrangeiros, falam outra língua e, contudo, devem ser acolhidas. A infância é pensada mais como condição do que como fase, como dimensão mais do que etapa.

Diante do exposto, a criança é colocada do lado da experiência, do acontecimento, da ruptura da história, da revolução, da resistência e da criação. A infância é o material das reformas éticas e dos sonhos políticos a realizar e a educação é o caminho para realizar tais reformas e sonhos.

De forma implícita para o filósofo declara a estrangeiridade da filosofia diante da política e acode a outra estrangeira amiga, neste caso, a infância. Desta forma, o filósofo aponta para o político a necessidade e o direito de chamar a infância, ouvi-la e nela se situar para poder falar e se defender. É a estrangeiridade da filosofia perante a política, que nesta condição quer que a política escute a criança.

O gesto estrangeiro e infantil deveria merecer atenção pelo que revela e não ser desconsiderado pela política instituída que coloca a estrangeiridade e a infância em posição de exposição, ao mesmo tempo em que se torna potente e afirmativa mostrando afirmações de outros mundos e de outras políticas. Tal fato mostra que a exclusão da infância pelos filósofos é uma política do próprio pensamento, uma verdade da política instituída que atravessa os mais diversos dispositivos institucionalizados.

2.3.3 Infante da filosofia e criança que filosofa

Os infantes presentes na conversação socrática são aqueles que não parecem ser o que outro saiba, um saber ignorado, não pensado, mas, fundamentalmente, que transforme sua relação com o saber.

A força do gesto socrático vai muito além de sua figura e essa inspiração para o exercício da filosofia com crianças não poderia ser uma via interessante, uma ferramenta valiosa para abrimo-nos a esta esterneiridade anteriormente afirmada.

Nossa relação com a infância normalmente está ligada a certa relação com o tempo. Assim o novo que se afirma em educação tem haver, também, com a ruptura na experiência do tempo, uma vida temporal mais intensiva do que extensiva, um outro tempo para o ensinar e o aprender, para além das etapas, das fases, dos desenvolvimentos; um tempo de intensidades mais do que extensões sucessivas. Em outras palavras uma composição entre infância e filosofia.

2.4 A história da infância

Para se discutir uma periodização da história da infância torna-se necessário refletir sobre a definição de tempos históricos. No que diz respeito a reflexão acerca da infância é possível perceber uma aceleração histórica.

Turkenicz (2013), aponta que um dos principais fatores que determinou uma mudança na dinâmica familiar foi a inserção das mulheres no mercado de trabalho, principalmente, partir da década de 1980. Este protagonismo feminino aliado as transformações tecnológicas e os métodos de controle de natalidade contribuíram para alterar a configuração e o tamanho das famílias e os lugares sociais das crianças, principalmente nas camadas médias.

De outra forma, nas camadas mais populares observou-se o surgimento, principalmente nos últimos anos, novas formas de exclusão social que trouxeram grande impacto na vivência das crianças, em especial nas grandes metrópoles.

Neste contexto a produção histórica sobre a infância adota estudos sobre estes “novos sujeitos históricos”, compreendidos como atores sociais, que em suas experiências coletivas, vão construir uma história definida em sua identidade social, tal como foi o caso das mulheres e de outros grupos.

Kuhlmann e Fernandes (2004, P. 21) *apud* Sarmiento e Gouvea (2008) afirmam que:

Se a criança não é passível de ser narrada na primeira pessoa, se a criança não é nunca biógrafa de si própria, na medida em que não toma posse da sua história e não aparece como sujeito dela, sendo o adulto quem organiza e dimensiona tal narrativa,

talvez a forma mais direta de perceber a criança, individualmente ou em grupo, seja precisamente tentar captá-la com base nas significações atribuídas aos diversos discursos que tentam definir historicamente o que é ser criança.

Assim é possível afirmar que os estudos sobre a infância e a criança são produzidos por adultos e que constituem de forma quase que exclusiva a fonte para a escrita da história destas. Nesta direção, a documentação produzida pelo adulto espelha expectativas sociais dirigidas ao sujeito infantil, mais do que expressa suas formas de inserção num determinado momento histórico.

3. Conclusão

Diante de tudo que abordado neste estudo é possível afirmar que a forma pela qual os adultos veem as crianças está passando por uma alteração que também pode ser observada em outras áreas. Um exemplo disto é institucionalização da escola pública, os novos arranjos e formatos familiares, onde a criança torna-se o centro de proteção e cuidados e a construção de um conjunto de conhecimentos sobre estas.

Desta forma, ao longo da leitura fica patente que algumas áreas de conhecimento que tratam da temática trazem consigo um problema ainda muito recorrente. Na maioria dos estudos relacionados às crianças percebe-se o fato de que estas são ignoradas como atores sociais portadores e produtores de cultura. As crianças eram consideradas como destinatárias do trabalho dos adultos e o seu estudo só era considerado enquanto alvo do tratamento, da orientação ou da ação pedagógica dos mais velhos.

De acordo com Sarmiento e Gouveia (2008) a infância permanece subalterna ao mundo dos adultos, por muito tempo este forma considerados como “homens em miniaturas”, que só valem a pena estudar em virtude de sua incompletude e imperfeição.

Além disso, a vida moderna tem confinado as crianças a espaços privados como escolas e creches que servem como apoio à família devido a nova dinâmica familiar estabelecida a partir da saída da mulher para o mercado de trabalho.

A partir do olhar da sociologia, da antropologia e da psicologia a infância tem se tornado um campo fértil de pesquisa à medida que se alargam as fronteiras de estudo, configurando-se em abordagem renovada, respeitando a criança como categoria social e como membros ativos da sociedade e como sujeitos das instituições modernas que participam tais como a escola, a família e espaços de lazer.

Adicionalmente, torna-se necessário ressaltar estas áreas do conhecimento podem contribuir para o estudo da infância e da criança invertendo sua ordem, uma vez que a partir

deste novo enfoque o pesquisador irá procurar compreender aquilo que a criança tem e não que lhe falta, como presença e não como ausência, como força e não como incapacidade. De fato, a criança deve ser vista como protagonista de sua própria história.

Por fim, destaca-se que a criança pode produzir discursos sobre si mesma, e sobre os outros e sobre os eventos, de forma que possa existir a partir do seu próprio discurso, de maneira própria de ver e de pensar.

4. Bibliografia

CARVALHO, A. M. A.; MULLER, F.; SAMPAIO, S. M. R. Sociologia da infância, psicologia do desenvolvimento e educação infantil. IN: MULLER, F.; MULLER, F. (Orgs.) **Teoria e prática na pesquisa com crianças**. SP, Cortez, 2009. p. 189 – 204.

DELGADO, A. C. C.; MULLER, F. **Sociologia da infância: pesquisa com crianças**. Disponível em: www.cedes.unicamp.br. Acesso em 31 de maio de 2015.

KRAMER, S. Pesquisando infância e educação: Um encontro com Walter Benjamin. IN: KRAMER, S; LEITE, M. I. (Orgs). **Infância: fios e desafios da pesquisa**. Campinas, Papyrus,1996. p. 13 – 38.

QUINTERO, J. A infância e educação no Brasil: Um campo de estudo em construção. IN:____. **Por uma cultura da infância. Metodologias de pesquisa com crianças**. Campinas, Autores Associados, 2003. p. 19 – 47.

SARMENTO, M.; GOUVEA, M. C. S. (Orgs). **Estudos da infância. Educação e práticas sociais**. Petrópolis, Vozes, 2008.

SOUZA. S. J. Ressignificando a Psicologia do Desenvolvimento: Uma contribuição crítica à pesquisa da infância. IN: KRAMER, S; LEITE, M. I. (Orgs). **Infância: fios e desafios da pesquisa**. Campinas, Papyrus,1996. p. 39 – 55.

SZYMANSKI, H. Ser criança: um momento de ser humano. IN: ACOSTA, A.R; VITALE, M. A. F. **Família: redes laços e políticas públicas**. SP, Cortez, 2011. p. 53 -60.

TEDRUS, D. M. de A.S. A criança como uma categoria na antropologia. IN:____. **A relação adulto-criança**. Campinas, CMU\UNICAMP. 1998. P. 15 – 26.

TEDRUS, D. M. de A.S. A criança como uma categoria na antropologia. IN:____. **A relação adulto-criança**. Campinas, CMU\UNICAMP. 1998. P. 27 – 54.